

Nota da Defensoria Pública-Geral: PLC 51/2016 E PLC 54/2016

Após intenso trabalho legislativo, os Projetos de Lei Complementar nº 51 e 54/2016, de iniciativa do Defensor Público-Geral, foram pautados e aprovados na CCJ da ALMG.

Página 4

Defensores públicos elegem lista tríplice para escolher defensor-geral - biênio 2016/2018



Página 3

DPMG obtém decisão favorável para garantir a nomeação de aprovados em concurso

A Defensoria Pública de Divinópolis obteve decisão favorável nos autos do mandado de segurança impetrado em 18 de maio de 2014, para garantir a nomeação de dez candidatos aprovados em concurso realizado em 2009, para o cargo de agente comunitário de saúde do município de Divinópolis.

Acesse a sentença na página 25

Defensoria Pública em Araguari inaugura novas instalações



Página 4

Defensoria Pública prestigia posse da presidência do TRE-MG



Página 9

Corregedor-Geral recebe homenagem do Jornal Edição do Brasil



Página 23

Projeto Bate “Papo Legal” realiza mais um encontro

Página 19

MENSAGEM DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, EM EXERCÍCIO



Caros amigos, colegas defensores públicos e servidores,

Nesta edição do Boletim estão compilados acontecimentos significativos para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, como a eleição para defensor público-geral, biênio 2016/2018, realizada no dia 27 de junho, em clima de tranquilidade e transparência, características de um processo democrático amadurecido.

Movimentação também nos Projetos de Lei Complementar 51/2016 e 54/2016, de iniciativa do defensor público-geral. Os projetos foram unificados pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, que aprovou emenda substitutiva. O projeto unificado segue para a Comissão de Administração Pública.

Outro destaque foi a inauguração, no dia 21, das novas instalações da Defensoria Pública em Araguari, resultado de parceria e apoio indispensável do município.

No âmbito das relações interinstitucionais, confira a participação da DPMG em reunião do Condege; nas posses da presidência do TRE-MG e de novos promotores de Justiça; no XII Congresso Estadual do Ministério Público; no I Seminário Internacional de Direitos Humanos; no Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves; em solenidade do TJMG que marcou a expansão do PJe; entre outras. Ressalto, também, a visita à Defensoria-Geral do comandante geral da Guarda Municipal de Belo Horizonte; a participação em audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa para discutir a manutenção do 7º ano em escola estadual; as palestras ministradas por defensor público em Santos Dumont; a apresentação do projeto MESC para advogados do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Zilah Spósito; e a reunião, em Juiz de Fora, que tratou dos detalhes para a implantação do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Defensoria Pública e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de otimizar o fornecimento de remédios à população e reduzir as judicializações.

Confira, ainda, as homenagens recebidas pelo corregedor-geral e por defensoras públicas; as edições dos projetos “Sala de Espera” e “Bate-Papo Legal”; e atuações de colegas defensores que garantiram revogação de prisão, interdição parcial do Ceresp Centro Sul e nomeação de aprovados em concurso público.

Boa leitura a todos!

Wagner Geraldo Ramalho Lima
Defensor Público-Geral, em exercício

Defensores públicos elegem lista tríplice para escolher defensor-geral - biênio 2016/2018

A eleição para a formação da lista tríplice para escolha do defensor público-geral do Estado de Minas Gerais, biênio 2016/2018, foi realizada no dia 28 de junho. Por meio da Deliberação nº 02/2016, a Comissão Eleitoral informou a apuração do total de 647 (seiscentos e quarenta e sete) votos, dos quais 05 (cinco) votos brancos e 12 (doze) votos nulos, resultando, portanto, 630 (seiscentos e trinta) votos válidos, e proclamou o resultado, em ordem decrescente de votação. Sendo:

- 1º- Christiane Neves Procópio Malard, com 410 votos;
- 2º- Galeno Gomes Siqueira, com 250 votos;

- 3º- Fernando Campelo Martelleto, com 230 votos;
- 4º- Felipe Augusto Cardoso Soledade, com 204 votos.

Na manhã do dia 29 de junho, o presidente da comissão eleitoral, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, acompanhado do secretário Ricardo de Araújo Teixeira e da integrante da comissão, Ana Luiza Paiva Pimenta da Rocha, fez a entrega da lista tríplice para o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima.

No mesmo dia, a lista tríplice foi entregue para a governadoria do Estado de Minas Gerais, por meio do ofício n. 426/2016/DPMG/DPG.



Defensores Fernando Campelo Martelleto, Galeno Gomes Siqueira, Christiane Neves Procópio Malard e Felipe Augusto Cardoso Soledade - Candidatos ao cargo de defensor público-geral - biênio 2016/2018

Membros da comissão eleitoral: Alenize Correia Silva Lopes, Ricardo de Araújo Teixeira (secretário), Wellerson Eduardo da Silva Corrêa (presidente), Ana Luiza Paiva Pimenta da Rocha e Vladimir de Souza Rodrigues. Compuseram, ainda, a comissão, os defensores públicos: André Luiz Gonçalves Barbosa e Ana Paula Nacif de Souza



Membros da comissão eleitoral: Wellerson Corrêa (presidente) Ricardo Teixeira (secretário) e Ana Luiza Paiva entregaram a lista tríplice para escolha do defensor público-geral, biênio 2016/2018, ao defensor público-geral, em exercício, Wagner Ramalho

Nota da Defensoria Pública-Geral: PLC 51/2016 E PLC 54/2016

Após intenso trabalho legislativo, os Projetos de Lei Complementar nº 51 e 54/2016, de iniciativa do Defensor Público-Geral, foram pautados e aprovados, dia 22.06.2016, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALMG. A CCJ apresentou emenda substitutiva, que promoveu a unificação das propo-

sições e adequações formais e redacionais do texto, conforme sugestões apresentadas pela área técnica da Assembleia Legislativa. O projeto seguiu para a Comissão de Administração Pública. A Defensoria Pública-Geral permanece acompanhando a tramitação legislativa e manterá a classe informada.

Defensoria Pública em Araguari inaugura novas instalações

A Defensoria Pública inaugurou novas instalações na comarca de Araguari. A unidade passa a funcionar na Rua Olegário Maciel, 272, no Centro, nas imediações do Fórum e próximo ao terminal central de ônibus. A nova sede oferece conforto e comodidade à população atendida e proporciona instalações adequadas para o trabalho dos defensores públicos e servidores.

A solenidade aconteceu no dia 21 de junho, com a presença do defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, acompanhado pelo coordenador da regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha; dos coordenadores locais em Araguari, Augusto Luiz Fernandes de Matos Oliveira; de Uberlândia, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; do membro do Conselho Superior da DPMG e defensor público em Uberlândia, Fernando Orlan Pires de Rezende; do assessor Institucional da Defensoria Geral, Gério Patrocínio Soares e do assessor militar sargento Carlos Alberto Braga; dos defensores públicos em atuação na comarca de Araguari, Vanessa Moreira Alves, Yslyg Abreu Veloso, Vítor Oliveira de Queiroz e Jefferson Guimarães Soares; os defensores em atuação na comarca de Uberlândia, Alessa Pagan Veiga, Valéria Muniz e Gustavo Humberto Ramos; e o diretor de Inativos e Pensionista da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, Rubens Luiz Borges, representando o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso.

Presentes, ainda, o prefeito de Araguari, Raul Belém; o presidente da Câmara Municipal, Giuliano Souza Rodrigues; o juiz da 3ª Vara Cível, Márcio José Tricote; o comandante do 53º Batalhão PM, ten. cel. Adriano César Ribeiro Araújo, o comandante da 3ª Cia de Bombeiros de Araguari, cap. Fabrício Silva Araújo; secretários municipais, representantes da iniciativa privada, associações de classe, entre outros.

O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, destacou as parcerias como indispensáveis para o alcance da eficiência administrativa. “Temos como exemplo a parceria desenvolvida em Araguari: trabalhando em rede, conseguimos ampliar o atendimento com urbanidade, de forma integral nas áreas em que atuamos, atingindo a meta de prestação do serviço público com qualidade e eficiência. Nunca podemos esquecer que somos todos servidores do povo.”

Defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima

Wagner Ramalho elogiou a proatividade e a capacidade de superar dificuldades dos defensores públicos, servidores e estagiários em Araguari, “que com empenho, profissionalismo e afeto acolhem os cidadãos da cidade e região, nos momentos de maiores infortúnios”, completou.

Agradeceu ao apoio das demais instituições aos projetos da Defensoria Pública, em especial, à Prefeitura Municipal de Araguari, cujo apoio, “de longa data, por meio da disponibilização de estagiários, servidores



Autoridades presentes na solenidade de inauguração das novas instalações da Defensoria Pública em Araguari

continua >>

>> continuação

Defensoria Pública em Araguari recebe novas instalações

**Defensor público-geral, em exercício,
Wagner Geraldo Ramalho Lima**



Descerramento da placa inaugurativa

e local para funcionamento, inclusive o presente imóvel, não conseguiríamos atender com qualidade os cidadãos de Araguari e região. Uma gestão moderna como a de vossa excelência, sabe alocar os recursos escassos em prol daquele que mais precisa, ou seja, o cidadão carente”, ressaltou o defensor-geral em exercício.

O prefeito de Araguari, Raul Belém, parabenizou os defensores da comarca pelo empenho em garantir o acesso à justiça da população mais carente do município. “Vocês, que semearam tantas coisas boas aqui em Araguari, estão colhendo o que plantaram, pois o fruto deste trabalho nos entusiasma a investir e apoiar, cada vez mais, na Defensoria Pública”.

O coordenador local em Araguari, defensor público Augusto Luiz Fernandes de Matos Oliveira, comparou o início tímido da Defensoria Pública na comarca e o avanço normativo da Instituição em âmbito nacional e na cidade. “Em Araguari foram feitas várias parcerias que permitiram a cessão do imóvel e de funcionários; a realização do mutirão Direito a Ter Pai e, por fim, a chegada de novos defensores públicos no final de 2015, e o projeto de uma nova sede, com estrutura adequada,

que comportasse o serviço público que é prestado em benefício do cidadão carente”.

Homenagens

Em sua fala, o presidente da Câmara Municipal, Giuliano Souza Rodrigues, parabenizou o trabalho dos defensores no município e a conquista do novo espaço. “Mais que um imóvel novo, conquista-se, também, a oportunidade de acolher a população de forma mais adequada e de organizar melhor as atividades prestadas”.

Representando o presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso, o diretor de Inativos e Pensionistas, Rubens Luiz Borges, disse que é uma satisfação verificar o esforço da atual administração em melhorar as condições de trabalho dos defensores do interior e, também, dos líderes municipais em se associar à causa da Defensoria Pública. “Desta forma o cidadão carente, além de ter a garantia da assistência jurídica integral e gratuita, terá também, um espaço mais digno de espera do atendimento”.

continua >>



>> continuação

Defensoria Pública em Araguari recebe novas instalações

Durante a solenidade, a defensora pública Vanessa Moreira Rodrigues Alves, em atuação há 18 anos na comarca e com o trabalho reconhecido por todos, entregou uma placa, ao prefeito Raul Belém, em agradecimento ao apoio oferecido pela Prefeitura Municipal



Coordenador local da Defensoria Pública em Araguari, defensor público Augusto Oliveira

O defensor público e conselheiro da DPMG, Fernando Orlan agradeceu à Defensoria Geral pelo cuidado com as Defensorias Públicas do interior, levando dignidade ao defensor público e ao cidadão beneficiário dos serviços



continua >>





>> continuação

Defensoria Pública em Araguari recebe novas instalações



O coordenador da regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Costa, disse ser uma grande satisfação participar da inauguração na comarca e ver um município preocupado em oferecer dignidade aos defensores públicos para a realização de suas funções. “A Defensoria Pública é a porta de entrada das demandas da sociedade. Investir nela, proporciona um benefício enorme à população de Araguari, garantindo o acesso à dignidade e a um serviço público de qualidade”



Defensores públicos presentes na solenidade

>> [Veja aqui mais fotos do evento](#)

Inauguração da Defensoria Pública na mídia (clique nos links para acessar):

>> [Rede Integração](#)

>> [Portal de Araguari](#)

>> [Rede Integração](#)

>> [TV Paranaíba](#)

>> [Gazeta do Triângulo](#)

>> [TV Vitoriosa](#)





Defensoria-Geral recebe visita do comandante geral da Guarda Municipal de Belo Horizonte

Dia 20.06.2016, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, recebeu visita de cortesia do comandante geral da Guarda Municipal de Belo Horizonte, Rodrigo Sérgio Prates.

Participaram também do encontro, que teve como finalidade o estreitamento das relações entre as instituições, os assessores Institucionais, João Paulo Tôrres Dias e Gério Patrocínio Soares; a defensora pública, Maria Cristina Ferreira de Car-

valho, em atuação na Fazenda Pública Estadual, na Capital; o chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; e o gerente de Controle Institucional da Guarda Municipal, José Oliveira Luz.

Durante a reunião, foram tratados temas comuns a ambas as instituições, como atendimento à população em situação de rua, mediação, atuação em rede, entre outros.



Em sentido horário: defensora pública, Maria Cristina Ferreira de Carvalho; assessor Institucional, João Paulo Tôrres Dias; chefe da Assessoria Militar, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; defensor-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima; assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares; comandante geral da Guarda Municipal, Rodrigo Sérgio Prates; e o gerente de Controle Institucional, José Oliveira Luz

Defensoria Pública de Minas Gerais participa da VI Reunião Ordinária do Condege



O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pelo assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Kato-

topodis, na VI Reunião Ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), que aconteceu dia 17.06.2016, na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Foram debatidos durante o encontro: a proposta de alterações legislativas para aumentar o tempo da medida socioeducativa de internação, formulada pela Comissão Especializada de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

do Condege; as reuniões da Serasa Experian e da Comissão Nacional dos Defensores Públicos de Defesa do Consumidor (CNDPDC), a serem realizadas nos dias 12 e 13 de julho, em São Paulo; o Seminário de Direito do Consumidor, que será promovido pela DPE-SP, em 14 a 15 de julho; o funcionamento e domínio do site do Condege; e a apresentação do Sistema Verde da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A reunião contou com a participação da vice-presidente da Anadep, Marta Zanchi, que falou aos representantes das Defensorias dos Estados sobre a atuação no Legislativo e sobre a questão da autonomia da instituição. Na ocasião, discutiu-se também sobre o levantamento de dados para a construção de um relatório, que tem como objetivo explicar a importância da instituição para o novo Governo, por meio de seu funcionamento e do volume e especialização do atendimento à população. O foco do documento será a importância da EC 80/2014 e sua efetivação por todo o país.



Defensoria Pública prestigia posse da presidência do TRE-MG

Dia 24.06.2016, a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de posse da presidência e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Foram empossados, para mandato de dois anos, os desembargadores Geraldo Domingos Coelho e Edgard Pena Amorim, respectivamente,

nos cargos de presidente e vice do TRE-MG. Edgar Amorim também foi empossado como corregedor do órgão.

Durante a cerimônia, realizada no Auditório do TRE, na Capital, o desembargador Gudesteu Biber Sampaio, ex-presidente do órgão, recebeu a Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello, concedida anualmente pelo TRE.

Terceiro vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Wander Marotta; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; novo presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho; e o vice-presidente e corregedor do Tribunal de Justiça de São Paulo, Carlos Eduardo Padin



Governador do Estado, Fernando Pimentel; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional, conselheiro federal Luís Cláudio da Silva Chaves

Assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, acompanhada pelo vice-governador, Antonio Andrade





DPMG participa da solenidade de posse de novos promotores públicos

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho

Lima, na solenidade de posse de 20 novos promotores de Justiça substitutos, dia 21.06.2016, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Belo Horizonte.



À esquerda, o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, durante a solenidade no MPMG
(Foto: Alex Lanza/MPMG)

Defensoria Pública participa da abertura do XII Congresso Estadual do Ministério Público

Dia 22.06.2016, o defensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pelo assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, na solenidade de abertura do XII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Com o tema “Ministério Público no combate à corrupção”, o evento continuará até aconteceu dia 24.06.2016 com apresentação de teses, palestras, plenária e painéis.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Mário Velloso, proferiu a palestra de abertura do congresso.

Durante a palestra inaugural, fez uma análise dos instrumentos que o Ministério Público pode utilizar no combate à corrupção, com destaque para a Lei Anticorrupção, Lei da Ficha Limpa, Lei de Improbidade Administrativa, além das proposições que o Ministério Público Federal tem apresentado ao Congresso Nacional.

Assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins acompanhado pelo ministro Carlos Velloso





Defensoria Pública presente em palestras promovidas pelo MPMG no projeto “Segunda-feira, 18h”



Da direita para a esquerda, o defensor público, Camilo Ângelus Prates de Almeida e o coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares

O coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na edição do dia 20.06.2016, do projeto “Segunda-feira, 18h”, promovido pelo MPMG, no auditório Vermelho da Procura-

doria-Geral de Justiça, ocasião em que o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca, proferiu palestra sobre o tema “A conciliação no novo CPC”. Presente também o defensor público, Camilo Ângelus Prates de Almeida.

A defensora pública Mariana Massara compondo a mesa que presidiu a edição do projeto “Segunda-feira, 18h”



A defensora pública, Mariana Massara Rodrigues de Oliveira, em atuação na Desits Cível na Capital, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na segunda-feira, dia 27.06.2016, no projeto “Segunda-feira, 18h”, promovido pelo MPMG, no auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça, ocasião em que o ministro

do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, proferiu palestra sobre o tema “Os reflexos do novo CPC na prestação jurisdicional dos Tribunais”. Presentes também os defensores públicos Camilo Ângelo Prates de Almeida, em atuação na área Cível da Capital, Glauco David de Oliveira Sousa e William Ricaldone Abreu, em atuação na Desits Cível da Capital.



Defensoria Pública participa de solenidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para marcar expansão do PJe

No dia 21 de junho, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pela assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira, membro do comitê do grupo gestor do Processo Judicial Eletrônico (PJe), na solenidade promovida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, para marcar a conclusão da implantação do PJe nas 29 comarcas de entrância especial da Justiça Estadual.

Com a presença de diversas autoridades, simbolizando a adesão das comarcas para a expansão do PJe, além da preservação das plantas com a economia de papel proporcionada pelo meio eletrônico, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, plantou uma árvore nos jardins do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Até o final do ano, as outras 28 comarcas, em que o PJe foi implantado, irão receber também uma muda de árvore.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, destacou que o PJe foi uma das principais metas de modernização propostas pela sua gestão e que, “hoje, implantado em 29 comarcas, re-

presenta 55% do volume de processos que dão entrada na Justiça mineira.” O desembargador ressaltou que o sucesso do PJe deve-se ao trabalho articulado da presidência do órgão, da Corregedoria-Geral, da 2ª vice-presidência, além dos parceiros externos, como a Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria do Estado e advocacia.

PJe

O PJe é um sistema de informação desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais, para a modernização do Judiciário, e permite a realização de todos os atos processuais no meio eletrônico.

Em Minas Gerais, foi implantado pelo TJMG como projeto-piloto, em setembro de 2012, nas Varas Regionais do Barreiro. Desde então, já foram distribuídas por meio eletrônico 440.853 ações.

>> [Clique aqui para conferir outros números do PJe no TJMG.](#)



Presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; e o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo dos Santos



Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União reúnem-se com ONG de reabilitação auditiva

Dia 23.06.2016, a convite da ONG Centro Mineiro de Reabilitação Auditiva (Cemear) e por intermédio da coordenadora Maria Isabel Silva Mendes, a chefe de gabinete da DPMG, Luciana Leão Lara, e a assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos, fizeram uma visita à organização social.

Durante o encontro, que decorreu de reunião anterior realizada entre a Defensoria Pública e a ONG, as defensoras públicas conheceram o trabalho realizado pela ONG, que atua sem fins lucrativos, prestando serviços de saúde auditiva.

Também participaram da visita o defensor público federal, Estêvão Ferreira Couto; a coordenadora da ONG Cemear, Maria Isabel Silva Mendes; o chefe de gabinete e a assessora do deputado estadual Fred Costa, Márcio Diniz Domingues e Camila Brandão, respectivamente.

Ficou acordada, entre os participantes, a realização de uma audiência pública, para a qual serão convidados, dentre outras autoridades e sociedade civil, os secretários de Saúde do Município e do Estado, com a finalidade de propor um acordo extrajudicial para a resolução do problema.



Assessora do deputado estadual Fred Costa, Camila Brandão; coordenadora da ONG Cemear, Maria Isabel Silva Mendes; assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; chefe de gabinete do deputado Fred Costa, Márcio Diniz Domingues; e o defensor público federal, Estêvão Ferreira Couto

DPMG participa da abertura de seminário internacional de direitos humanos

A defensora pública, Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na abertura do I Seminário Internacional de Direitos Humanos, no dia 16 de junho, em São João Del Rei. Realizado no anfiteatro do campus Santo Antônio da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), o seminário teve como tema “a busca da recuperação das pessoas em conflitos com a lei”. Também presentes ao evento os defensores públicos Rosenil José Moreira Couto, Renata de Oliveira Santos e Moacyr da Costa Rabello, em atuação em São João Del Rei.

A conferência inicial abordou as “Regras de Mandela” para o tratamento de prisioneiros no mundo e

as contribuições alcançadas com as “Regras de Bangkok” para mulheres presas, pela jurista uruguaia, Maria Noel Rodriguez, líder da equipe de reforma penitenciária da América Central e Caribe das Nações Unidas.



A defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos



DPDH realiza projeto “Ano da Misericórdia” na unidade prisional Bicas II

As defensoras públicas em atuação na Defensoria Pública de Direitos Humanos (DPDH), Coletivos e Socioambientais, Rachel Aparecida de Aguiar Passos e Maria Auxiliadora Viana Pinto, realizaram, em conjunto com a Pastoral Carcerária, visita ao presídio Bicas II, em São Joaquim de Bicas, dia 27.06.2016.

A visita faz parte do projeto “Ano da Misericórdia”, que consiste em levar às unidades prisionais, o trabalho de humanização no cumprimento da pena imposta ao custodiado, além da manifestação religiosa de forma ecumênica.

Durante a visita, a defensora Rachel Passos agradeceu a presença de todos os custodiados que se inscreveram para participar do evento e salientou a importância do mesmo. “Hoje estamos aqui para trazer um pouco de conforto e tornar esse tempo

de vocês um pouco mais suave e agradável”, ressaltou.

Por sua vez, o padre Gilson leu algumas passagens da bíblia e, junto com a cantora Saray Lacerda, apresentou algumas músicas para os custodiados. A defensora Maria Auxiliadora também agradeceu a presença de todos e cantou o louvor “Usa-me”.

A visita ao presídio Bicas II durou cerca de uma hora e foi a primeira de uma série prevista no projeto. Ao todo, cerca de 70 detentos participaram do evento, que também contou com a presença do diretor de Atendimento do presídio Bicas II, Hildemano de Moraes; a pedagoga, Flávia Souza; a psicóloga, Luciana Ferreira; estagiários da DPMG; a secretária da DDPH, Eulina Cristina da Silva; e a Presidente do grupo de amigos e Familiares de pessoas privadas de liberdade, Maria Teresa dos Santos.



Padre Gilson, a cantora Saray Lacerda, a secretária Eulina Cristina, a defensora pública Rachel Passos, o diretor de atendimento do presídio Hildemano de Moraes e a defensora pública Maria Auxiliadora Viana



Defensora Pública Rachel Passos e o Padre Gilson



Defensora pública Maria Auxiliadora e o músico Francisco Borem



DPMG participa de audiência pública que discutiu a manutenção do 7º ano em escola estadual da Capital

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude Cível, Welerson Eduardo da Silva Correia, participou, dia 20.06.2016, de audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa na escola estadual Cândida Cabral, no bairro Alto dos Pinheiros, na Capital.

No encontro, estudantes, professores, pais, funcionários e representantes dos moradores dos bairros João Pinheiro e Alto dos Pinheiros, em Belo Horizonte, cobraram a manutenção do 7º ano da escola, solicitação feita à Secretaria de Estado da Educação (SEE) e às Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A representante da Diretoria Centro Educativo Cândida Cabral, Maria Luiza Linhares, reforçou a cobrança e destacou a importância da manutenção de professores especializados, que estariam correndo o risco de serem afastados pelo Estado. “Esses profissionais oferecem atendimento de qualidade aos nossos alunos, inclusive os com déficit de atenção”, pediu.

Welerson Eduardo da Silva Correia disse acreditar que “o momento deve ser de expansão do atendimento e não de acabar com cursos nas escolas estaduais”. Ele se colocou à disposição para analisar a lotação dos professores, até que o governo regularize a situação desses profissionais.



O defensor público Welerson Eduardo da Silva Correia durante a audiência na escola estadual Cândida Cabral (Foto: Guilherme Dardhanan/ALMG)

Projeto Mesc é apresentado para advogados do Centro de Defesa Zilah Spósito

A Defensora pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), apresentou o projeto Mediação no Ambiente Escolar (Mesc), dia 20.06.2016, no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Zilah Spósito, para advo-

gados que trabalham na instituição.

Francis Coutinho fez a palestra à convite da coordenadora do Centro de Defesa Zilah Spósito, Maria Cecília Andrade, e abordou a operacionalização do projeto nas escolas e as parcerias estabelecidas para o seu desenvolvimento.

Defensora pública, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho



Reunião em Juiz de Fora analisa implantação de Termo de Cooperação Técnica para o fornecimento de remédios pelo Estado

A coordenadora Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite, recebeu, em seu gabinete, dia 24.06.2016, a visita da superintendente Regional de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde em Juiz de Fora, Olega Abramov e assessores. O encontro, do qual participou a defensora pública, Jeanne Pereira Barbosa, em

atuação em Juiz de Fora, ultimou os detalhes para a implantação do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Defensoria Pública e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de otimizar o fornecimento de remédios à população e reduzir as judicializações.



Encontro discutiu detalhes para a implantação do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Defensoria Pública e o Estado de Minas Gerais na área da Saúde.

DPMG coordena reunião do Fórum da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves

No dia 16 de junho, sob coordenação da defensora pública, Daniele Bellettato, foi realizada reunião do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves (Fórum DCA) na Câmara Municipal, para analisar a Lei de Diretrizes Orçamentária nas referências às ações, metas e resultados de Proteção da Criança e Adolescente, conforme as demandas apontadas no Fórum DCA. Do encontro, participaram ainda os vereadores Célio Eustáquio da Fonseca e Fabiano Diniz e membros do corpo técnico do Legislativo municipal.

Integram o Fórum representantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Defensoria

Pública, Ministério Público, as polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, Conselhos Tutelares e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, professores, diretores de escola, servidores e da comunidade.

Daniele Bellettato destacou que “o trabalho desempenhado pelo Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão das Neves é fundamental na articulação de políticas públicas voltadas para a Infância e Juventude. Acredito que a participação da Defensoria Pública, e dos demais integrantes do Sistema de Justiça, nessas ações, é uma ótima oportunidade de promover efetiva transformação social”, ressaltou.



Violência contra idosos é tema de palestra de defensor público em Santos Dumont

O coordenador Local de Santos Dumont, Geraldo Magela Metri Pinto, proferiu palestra em evento promovido pela secretaria municipal de Assistência Social e Combate às Drogas de Santos Dumont, que discutiu a violência contra os idosos. O tema abordado foi “Rompendo o silêncio”, com base no Estatuto do Idoso. O encontro foi realizado no dia 15 de junho, no Educandário Santa Terezinha, com a participação das unidades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e de grupos da terceira idade.



O defensor público, Geraldo Magela Metri Pinto, o secretário municipal de Assistência Social, Sebastião Luiz Cassetti e coordenadores do CRAS

Defensor público ministra palestra sobre direitos e deveres da criança e do adolescente

O coordenador Local de Santos Dumont, Geraldo Magela Metri Pinto, proferiu palestra com o tema Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente, dia 22.06.2016, para alunos da escola estadual Santa Rosa, no município de Paiva. A palestra integra o pro-

jecto “A corrente do bem” e contou com a presença do diretor da escola, professores, funcionários e alunos. O defensor público esteve no evento acompanhado da estagiária Marysângela Camargo da Silva Carvalho e da voluntária Nayara Alvim dos Reis.



Palestra integra o projeto “A corrente do bem” e contou com a presença do diretor da escola, professores, funcionários e alunos



Defensoria Pública participa da inauguração da CENTRASE no Tribunal de Justiça

O coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, representou o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na solenidade de inauguração da Central de Cumprimento de Sentença (CENTRASE)– Varas da Fazenda Pública e Autarquias, que aconteceu no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), dia 24.06.2016. A central será instalada no segundo e terceiro andar do TJMG (Edifício Liberdade) e terá como responsável o juiz Maurício Linhares.

A instalação da CENTRASE tem como objetivo a

unificação de processos na forma de processamento e uma agilidade maior nos feitos de execução, visando à melhoria da prestação jurisdicional. De acordo com o desembargador Wander Marotta, 3º vice-presidente do TJMG, a Central vai processar e julgar os processos em fase de cumprimento de sentença transitada em julgado com condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, conforme disposto no Código de Processo Civil, bem como o incidente processual e a ação conexa.



Coordenador Cível da Capital, Alexandre Tavares; 3º vice-presidente do TJMG, Wander Marotta; corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo; diretor do Foro, juiz de direito Rui de Almeida Magalhães; presidente da OAB, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves

Defensoria Pública visita programa de atenção voltado para o infrator com transtorno mental

A Defensoria Pública de Minas Gerais, representada pela defensora pública Alessa Pagan Veiga, em atuação na Defensoria Pública em Uberlândia, integrou comitiva para conhecer o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), desenvolvido em Goiânia e administrado pela Secretaria de Estado de Saúde. O cortejo esteve na sede do projeto e em órgãos e instituições responsáveis pelo projeto.

A visita aconteceu nos dias 23 e 24 de junho e, além da defensora mineira que, também, integra a Comissão Especializada de Execução Penal do Condege e a Câmara de Estudos de Execução Penal da DPMG, participaram defensores públicos em atuação na área de Execução Penal de Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, e diversos profissionais ligados às áreas prisional, saúde e combate à tortura do Rio de Janeiro.

De acordo com a defensora pública, Alessa Pagan, o PAILI tem autonomia para indicar o local adequado para a execução da medida de segurança imposta, seja na modalidade internação ou tratamento ambulatorial.

A internação é feita, continuou Alessa Pagan, na

rede de saúde pública, como medida excepcional e apenas no tempo de surto. A pessoa em medida de segurança é acompanhada pelo PAILI e inserida em programas já disponíveis, como CAPS-AD e CAPS, com a aceitação do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público.

Segundo a defensora pública, a expectativa é que o projeto seja instalado em Minas Gerais. “O custo do projeto não tem relevância alguma perto do gasto do Estado com a manutenção de pessoas em cárcere. Temos, em média, 287 pessoas cumprindo medida de segurança em unidade prisional e ainda o Hospital Judiciário e Psiquiátrico Jorge Vaz em plena atividade, com ocupação de todas as vagas.”

O Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator foi instituído em 2006, como política pública na Secretaria de Estado da Saúde, em convênio com o Ministério Público, o Poder Judiciário e outras instituições. Em uma década, mais de 500 mulheres e homens foram acompanhados pelo programa, experiência única no Brasil e que apresenta resultados muito expressivos. A taxa de reincidência gira próxima dos 5%, eventos na sua maioria sem gravidade.

COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Projeto Bate “Papo Legal” realiza mais um encontro

A Coordenadoria de Capacitação realizou, dia 24.06.2016, mais uma edição do “Bate Papo Legal”. Os defensores públicos, Marcelo Carneiro, coordenador de Família e Sucessões da Capital, e Thiago Campos Soares Melo Franco, em atuação na área de Família da Capital, conversaram com os servidores do Atendimento Inicial da sede da Defensoria Pública, esclarecendo dúvidas gerais sobre a prática das ações na área de Famílias.

Os defensores tiraram dúvidas dos servidores, originadas do cotidiano de trabalho no atendimento inicial, ao nortear os assistidos sobre as melhores providências a serem adotadas, bem como sobre como identificar a área afeta à demanda.

Marcelo Carneiro, considerou o encontro “útil e proveitoso, por aproximar as pessoas e ser oportunidade

para o esclarecimento de dúvidas e procedimentos que surgem no cotidiano do trabalho”. Para Thiago Campos Soares Melo Franco: “o encontro foi produtivo na medida em que foram esclarecidas dúvidas cotidianas do trabalho. O projeto aproxima os setores, com o objetivo de tornar mais fluida e eficiente o atendimento e a prestação da assistência gratuita”.

A iniciativa, que integra as atividades da Coordenadoria de Capacitação, foi idealizada pela coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar. Por meio do projeto, defensores públicos e servidores interessados, têm a oportunidade de falar um pouco sobre sua atividade para aprimorar a capacitação dos funcionários, tanto no tocante à parte prática, profissional, quanto em relação ao lado pessoal e emocional.



Encontro esclareceu dúvidas sobre o atendimento na área de Família

Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”

Promoção da cultura não adversarial no novo CPC

Dia 21.06.2016, a defensora pública, Eliane Medeiros, em atuação na área de Família, ministrou a palestra “A promoção da cultura não adversarial no novo CPC”, em mais uma edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”.

Em um bate-papo com os assistidos que aguardavam atendimento nas salas de espera das Unidades I e II, na Capital, a defensora pública explicou que o novo Código de Processo Civil, que começou a vigorar em março deste ano, tem como principal modificação a cultura da pacificação em detrimen-

to do litígio, que predominava no antigo CPC.

A defensora pública ressaltou a diferença entre a conciliação, que visa à solução do conflito por meio de acordo entre as partes, e a mediação, que procura estabelecer um diálogo entre as partes envolvidas.

Eliane Medeiros destacou as vantagens da conciliação, especialmente, para demandas da área de Família, cujas causas na Justiça não têm vencedor, podendo, inclusive, afetar os filhos, em casos de

continua >>

>> continuação | PROJETO SALA DE ESPERA

Promoção da cultura não adversarial do novo CPC

brigas e litígios. Eliane Medeiros informou os presentes sobre o Centro de Mediação e Conciliação Familiar, serviço oferecido pela Defensoria Pública na Capital. A iniciativa tem o propósito de evitar a judicialização de demandas e resolver os conflitos de forma célere e eficaz, contribuindo para a busca da paz social.

Segundo a defensora pública, nos casos de di-

vórcio e de pensão alimentícia, a “busca da mediação e da conciliação é a melhor solução para o conflito, que costuma deixar traumas nos filhos. É o caminho mais indicado por diminuir a intensidade da perda provocada pelo processo de separação. Com isso, a cultura de paz vai se firmando, para evitar os conflitos, e valorizando o entendimento”, ressaltou Eliane Medeiros.



Defensora pública, Eliane Medeiros: “a pacificação passa pela prevenção”

Trajетória de reconhecimento da Rádio Favela

Na edição do Projeto “Sala de Espera” do dia 28/06, o presidente da Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte, Misael Avelino dos Santos, ministrou a palestra “Os 37 anos da Rádio Favela: da clandestinidade à legalidade e ao reconhecimento internacional” para os assistidos que aguardavam atendimento nas salas de espera das unidades da Defensoria Pública, na Capital.

Em 1979, aos 16 anos de idade, Misael Avelino dos Santos fundou a Rádio Favela, na favela do Cafezal, com o objetivo de reduzir a violência na região. Com toda a sua programação local, com programas de músicas e entretenimento, com foco no trabalho social e educacional, resgatando jovens do tráfico, dando oportunidade à população carente de consciência de direitos e promovendo a cidadania dos moradores da região, a emissora funcionou informalmente até o ano de 2000, ocasião em que foi legalizada.

Misael Avelino abordou o papel da Rádio Favela na conscientização dos cidadãos e a importância da emissora na transmissão de informações verdadeiras e de interesse público. “Não é interesse de uma minoria que todos tenham seus direitos. A mídia geralmente vende a imagem de que o lado ruim da cidade

está na favela e isto não é verdade. Existem aproximadamente 16 mil favelados no Brasil e apenas 5% praticam atos ilícitos”.

O fundador da Rádio Favela discorreu sobre a trajetória da emissora, que já foi tema de filme premiado; ganhadora, por duas vezes, do prêmio Dia Mundial sem Drogas, concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por seu trabalho de prevenção ao tráfico; foi a única rádio brasileira convidada e premiada em congresso mundial de rádios comunitárias; e foi tema de capa do jornal Wall Street, entre outros reconhecimentos internacionais. Em agosto próximo, Misael Avelino dos Santos discursará na ONU.



Misael Avelino dos Santos

continua >>



>> continuação | PROJETO SALA DE ESPERA

Postura correta durante execução do hino nacional

Postura correta durante execução do hino nacional

Na quinta-feira (30/06), o comunicólogo e assessor administrativo da Coordenação de Atendimento da DPMG, Alfredo José Pinto Júnior, e a defensora pública, Eliane Medeiros, apresentaram a palestra “Regras de comportamento durante a execução do Hino Nacional Brasileiro” durante mais uma edição do projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, sugerido por uma assistida, durante outra edição do evento.

O comunicólogo iniciou a apresentação destacando os conceitos de civilidade e o respeito aos valores das instituições e práticas políticas.

Ao ressaltar que a bandeira é o símbolo máximo de representação de uma nação perante os outros países, Alfredo Júnior explicou a simbologia das cores oficiais da bandeira brasileira.

Sobre o hino, o comunicólogo explicou que este é um símbolo nacional e que representa a nossa pátria e o espírito cívico do povo brasileiro e deve receber todo o respeito que a legislação exige.

Alfredo Júnior ressaltou nunca se deve vaiar durante a execução do hino e que valorizar o hino nacional e portar-se de maneira respeitosa é valorizar o nosso país.



Comunicólogo e assessor administrativo da DPMG, Alfredo José Pinto Júnior

DPMG na mídia

Defensora pública é entrevistada sobre o adiamento da votação de licença para obras na Mata do Planalto



A defensora pública Ana Cláudia Alexandre, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) concedeu, dia 22.06.2016, entrevista ao portal do jornal O Tempo, na qual aborda o adiamento da votação de licença para obras na Mata do Planalto.

Leia a entrevista.



Homenagens

DPMG prestigia entrega do título de cidadão honorário ao presidente da Assprom

A diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho, representou a Defensoria Pública na solenidade de entrega do título de cidadania honorária de Belo Horizonte, ao presidente da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom), Carlos Augusto de Araújo Cateb, realizada

dia 15.06.2016, no plenário da Câmara Municipal da Capital. A homenagem foi proposta pelo vereador Arnaldo Godoy. Também prestigiou a solenidade a ex-defensora pública-geral, Marlene de Oliveira Nery, que integra o quadro de associados voluntários da Assprom.



A diretora de Recursos Humanos, Carla Carvalho, o presidente da Assprom, Carlos Cateb, e a defensora pública Marlene Nery

Defensoras públicas são homenageadas pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

As defensoras públicas, Laurelle Carvalho Araújo e Júnia Roman Carvalho, em atuação na área Criminal da Capital e na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), respectivamente, foram agraciadas com a Comenda Clara Zetkin, em solenidade realizada na sexta-feira, dia 27, na sede do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro Minas).

A condecoração é uma homenagem do Sinpro Minas às mulheres que contribuem para dar visibilidade, mobilizar e fortalecer a luta pelos direitos, par-

ticipação política e emancipação das mulheres e de toda humanidade, na perspectiva da conquista de uma sociedade justa e igualitária. Ambas ocuparam anteriormente, em momentos distintos, o cargo de coordenadoras da Defensoria Pública Especializada de Defesa da Mulher em Situação de Violência de BH.

Durante a solenidade, foi lançada a 9ª edição da revista Elas por Elas, que traz uma entrevista com Júnia Roman, sobre a importância da liberação do uso do nome social pelas escolas e pelo Enem.



A defensora pública, Júnia Roman Carvalho e a Presidenta do Sinpro Minas Valéria Morato (Fotos: Mark Florest)



A defensora pública, Laurelle Carvalho Araújo e a Presidenta do Sinpro Minas Valéria Morato

Homenagens

Corregedor-Geral recebe homenagem do Jornal Edição do Brasil

O corregedor-geral da Defensoria Pública, Ricardo Sales Cordeiro, recebeu, na noite de segunda-feira (27/06), o Troféu Tancredo Neves. A solenidade de outorga foi realizada no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Concedida pelo Jornal Edição do Brasil, a honraria premia personalidades representantes de vários setores da sociedade mineira e brasileira que se destacaram durante o ano.

Prestigiaram a cerimônia: a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, representando o defensor público-geral, em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; os assessores da Corregedoria-Geral, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves e Francisco de Assis Calcagno; e o defensor público, Sílvio Antônio Moreira.



O corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro recebeu do jornalista Nestor Oliveira, o Troféu Tancredo Neves

Chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; assessor da Corregedoria, Ronivaldo Robson do Nascimento Chaves; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e o assessor Francisco de Assis Calcagno



Assessor da Corregedoria, Francisco de Assis Calcagno; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e o defensor público, Sílvio Antônio Moreira

Diversos

DPMG obtém revogação de prisão preventiva de assistida em Ribeirão das Neves

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por intermédio do Desits Criminal, obteve a revogação de prisão preventiva de uma assistida, suspeita de tentativa de homicídio na Comarca de Ribeirão das Neves, por meio do pedido de habeas corpus número 0079570-42.2016.8.13.0000.

Para obter a revogação da prisão, a defensora pública Nádia de Souza Campos, em atuação no Desits Criminal, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), após o defensor público, Gustavo de Lima Leite, em atuação em Ribeirão das Neves, ter o pedido de habeas corpus negado. No julgamento do recurso, pela Sexta Turma do STJ, o ministro Rogério Schietti Cruz, que concedeu a liminar, considerou “intolerável” que a ordem de prisão preventiva tenha sido preenchida em um formulário padronizado,

sem nenhuma análise do caso específico.

O formulário, utilizado em dias de plantão, serve para converter prisões em flagrante em prisões preventivas, com base no argumento de que o juiz acolhe, “por seus próprios fundamentos”, o pedido do Ministério Público. “Mesmo após o preenchimento dos dados, a decisão poderia ser utilizada para justificar a conversão da prisão em flagrante pela suposta prática de qualquer crime”, afirmou o ministro Rogério Cruz, para quem o formulário não atende à exigência de fundamentação estabelecida no artigo 93, IX, da Constituição Federal.

[Leia aqui a íntegra da decisão.](#)

Defensoria Pública obtém interdição parcial do Ceresp Centro Sul

A Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por intermédio da defensora pública, Rachel Aparecida de Aguiar Passos, obteve deferimento parcial em Ação Civil Pública (ACP) de número 50854210220168130024, ajuizada perante a 4ª Vara da Fazenda Estadual, contra o Estado de Minas Gerais, na qual requer a interdição do Ceresp Centro Sul, em razão da superlotação e as condições de encarceramento das mulheres ali recolhidas.

Em sua decisão, o juiz determina ao Estado de Minas Gerais a suspensão do recolhimento e ou a transferência de presas provisórias ou definitivas ao Ceresp Centro Sul, até novo provimento judicial. E estabelece multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento da decisão.

A ação movida pela Defensoria Pública requereu, além da interdição parcial da unidade prisional, a realização de obras de melhoria nas estruturas das celas, como a adequação de sistema de ventilação, instalação de espaço para o atendimento jurídico, médico e odontológico das detentas, assim como melhorias nas condições de higiene, com o fornecimento de vestuário, papel higiênico e absorventes íntimos em quantidades adequadas para todas as presas.

[Clique aqui para ler a decisão judicial.](#)



Defensoria Pública obtém decisão favorável para garantir a nomeação de aprovados em concurso público

A Defensoria Pública de Divinópolis obteve decisão favorável nos autos do mandado de segurança de nº 022314013929-4, impetrado em 18 de maio de 2014, para garantir a nomeação de dez candidatos aprovados em concurso realizado em 2009, para o cargo de agente comunitário de saúde do município de Divinópolis.

Mesmo após aprovação, dentro das vagas previstas em edital, estes candidatos não foram nomeados, tendo o prazo de validade do concurso expirado em 21/06/2014. Para negar as nomeações, a Prefeitura alegava ter atingido o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Pouco tempo após expirar o prazo de validade do concurso, o Município contratou agentes de saúde a título precário, a incorrer em flagrante contradição com o motivo apontado para deixar de nomear os candidatos aprovados.

A sentença reconheceu o direito dos assistidos da Defensoria Pública, ao decidir que o Município de Divinópolis já havia adequado sua situação financeira ao preconizado pela LRF e, portanto, deveria nomear os impetrantes.

[Clique aqui para acessar a sentença.](#)

Sancionada lei que disciplina mandado de injunção individual e coletivo

Foi publicada, dia 24.06.2016, no Diário Oficial da União, a Lei 13.300/2016, que regula o processo e o julgamento do mandado de injunção. A lei foi sancionada sem vetos pelo presidente interino Michel Temer, em cerimônia no Palácio do Planalto, na quinta-feira (23/06), e entra em vigor a partir da publicação. O texto tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 18/2015, aprovado no Senado em 1º de junho.

O mandado de injunção é a ação que cobra do poder público a regulamentação de direitos e garantias. Este remédio jurídico pode ser aplicado nas situações em que houver falta total ou parcial de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais ou das prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania.

A lei aplica-se não somente às partes envolvidas na ação, mas também a pessoas alheias ao processo, que se encontram na mesma situação dos autores do mandado de injunção. Os efeitos da norma têm validade até a edição de outra legislação regulamentadora.

No mandado de injunção coletivo, o texto admite como legitimados a promovê-lo: Defensoria Pública, Ministério Público, partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

[Leia aqui, a Lei 13.300/2016.](#)






Julho/2016

BATE-PAPO LEGAL

No mês de julho, o projeto Bate-Papo Legal apresentará temas relacionados às áreas de Iniciais Cíveis, Sucessões e Direito Público.

Em cada um dos encontros, os defensores públicos esclarecerão dúvidas sobre os temas propostos.

O Bate Papo legal é uma iniciativa da Coordenadoria de Atendimento da Capital, que integra as atividades da Coordenadoria de Capacitação.

Por meio do projeto, defensores públicos e servidores interessados têm a oportunidade de falar um pouco sobre suas atividades para aprimorar a capacitação, tanto na parte prática e profissional, quanto em relação ao lado pessoal e emocional.

1º de julho – Iniciais Cível - 15:30h
Marcos Lourenço - Defensor Público


8 de julho – Sucessões - 15:30h
Dayanne Carla Mazzon Dias Mendes - Defensora Pública

22 de julho – Direito Público - 15:30h
Marina Gomes de Carvalho Pinto - Defensora Pública

LOCAL: Unidade I | Sala de Espera II do Atendimento
Rua Bernardo Guimarães, 2.640, Santo Agostinho – BH - MG

Participe!





Acontece

Campanha do AGASALHO

Leve a sua doação até a Unidade II: cobertores, blusas, sapatos, calças, roupas de bebê e o que mais você puder doar e ajude a aquecer o inverno de quem precisa!

Recebimento de doações de:

22.06 a 15.07

David ou Cida
Cartório de Família e Sucessões
Unidade II - 1º andar
Das 9 às 18 horas.

Apoio: Ascom - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais



CONVITE

A Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência - NUDEM e a deputada estadual Marília Campos convidam para Audiência Pública para debater estratégias de enfrentamento e desconstrução da cultura do estupro.

Dia 7 de julho de 2016, quinta-feira, às 14 horas

Local: Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 - Santo Agostinho - Belo Horizonte-MG

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0515 | 0516 | 0517



ARRAIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Venha confraternizar com a gente!

Dia 29 de julho de 17h às 22h



SAIBA MAIS >>

DPMG - Unidade I - 3º andar
Rua Bernardo Guimarães, 2.640 - Santo Agostinho, BH-MG

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho
www.defensoria.mg.def.br

